

Apresentação

Políticas educacionais no tempo presente

Paulo Gomes Lima*
Organizador

Pensar e discutir as políticas educacionais no tempo presente no Brasil e no mundo é uma recorrência que pode ser problematizada por diversos eixos, entretanto, destacam-se de forma substancial, dois que são transversais aos demais. O primeiro diz respeito ao modo de produção capitalista, atualmente compassado pelo processo de globalização e ressignificação do conceito de blocos regionais da economia e infere diretamente no escopo das políticas públicas da educação e a “preparação” das populações mundiais quanto ao entendimento e interiorização do processo humano promovido no seio do capital.

O segundo eixo delinea-se pelos enfrentamentos e solicitações de grupos ou movimentos sociais que entendem as fragilidades da “humanização” no capital e lhe fazem pontuações com a finalidade de encampar esforços para que as políticas públicas (no nosso caso da educação), não somente sejam ampliadas, mas o alvo é a busca de um horizonte em que a universalização não seja uma meta abstrata no seio dos conflitos sociais. Daí a importância de se propor um caleidoscópio de debates sobre as políticas educacionais no tempo presente, o que infere na clarificação de como as assumimos no presente Dossiê.

Concorda-se com Palumbo (1994, p. 8) quando sustenta que o conceito amplo de política consiste em “[...] um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes”, daí não se restringir unilateralmente a uma legislação, uma vez que sua construção está articulada ao desenvolvimento dos fatos, bem como sua reconstrução e adaptação. Em sentido mais estrito, quanto à política pública, ele vai defender que a “[...] sua manifestação visível é a estratégia adotada pelo governo para solucionar problemas públicos” (PALUMBO, 1994, p. 8) para cada um dos problemas circunscritos a um corte estratégico de um país, como por exemplo, a educação, a saúde, a alimentação, o transporte, dentre outros setores, daí esse conjunto ser caracterizado como políticas públicas de corte social¹.

* Docente do PPGED em Educação – UFSCAR/Sorocaba. E-mail: paulogl.lima@gmail.com.

¹ PALUMBO, D. J. *Public policy in America: government in action*. 2. ed. San Diego: Harcourt Brace & Company, 1994. p. 8-29. Para mais pontuações recomenda-se a leitura de LIMA, P.G.; MARRAN, A.L. A avaliação de políticas educacionais por meio da abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 2013.

Em outro lugar (Lima, 2013)² observou-se que não foram poucas as políticas educacionais elaboradas para a realidade brasileira entre a última década do século XX e a primeira do século XXI, a começar pela orientação democrática enfatizada pela Constituição Federal que culminou na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN Nº 9394/96], na necessidade de emendas constitucionais que trataram da ampliação da escolaridade no Brasil (Nº 53/2006 e 59/2009) e na elaboração de Planos Nacionais de Educação [2001-2010/ 2014-2024] que garantiriam a continuidade de políticas regulatórias orientadas para a inclusão e asseguramento da qualidade de educação. Entretanto, indaga-se se tais iniciativas são mediadas em consonância e recorrência da realidade social, econômica e política do país e que ou quais condicionantes concorrem para a sua consecução ou não e, conseqüentemente, para a necessidade de sua reelaboração?

A organização do Dossiê Políticas educacionais no tempo presente, convite prontamente aceito como para desenvolver como um desafio, desdobrou-se por meio de tais indagações, inquietudes e se, em sua totalidade não responder algumas delas, pelo menos ter-se-á a certeza da tentativa de que foi um espaço rico no escopo da *Revista Crítica Educativa* em seu primeiro número e que, de forma recorrente, poderá desencadeará novas discussões e pesquisas que ampliem e encaminhem luzes sobre o processo de efetivação da justiça social e direitos em seu sentido mais universal possível, não somente no caso brasileiro, mas no mundo. Como periódico de inserção internacional a *Crítica Educativa* abre-se para a discussão por meio de pesquisas e contribuições de respeitados pesquisadores como segue.

O primeiro artigo que compõe o Dossiê foi elaborado por Antonio Bosco de Lima, docente da Universidade Federal de Uberlândia com o tema “*Ética em pesquisa: implicações para a educação superior*”. O autor problematiza a concepção de ética, a partir de uma perspectiva sociológica, relatando o movimento sobre os comitês na década de 2010 e suas influências nas orientações sobre a pesquisa, a elaboração e a divulgação de conhecimentos no Brasil.

O segundo artigo “*Os desafios das TIC para a formação inicial de professores: uma análise da agenda internacional e suas influências nas políticas portuguesas*” elaborado por Rozana Martinez, Carlinda Leite e Angelica Monteiro da Universidade do Porto, Portugal, debate sobre o lugar que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem na agenda educativa internacional? Que lugar têm as TIC nas políticas de formação inicial de professores (FIP) do ensino básico em Portugal? Foram analisados documentos que orientam as políticas da educação internacionais e nacionais, em relação às TIC e à sua presença na formação inicial de professores (FIP).

O terceiro artigo intitulado “*A “restrita” cidadania ampliada presente nas ações da política social*” de autoria da Professora Maria Alice de Miranda Aranda

² Ver LIMA, P.G. Política e gestão da educação: recorrências da escola no Brasil. Anais do Congresso de Educação Básica: Qualidade na aprendizagem. Florianópolis, 2013.

do PPGEDU da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) analisa alguns pressupostos teóricos subjacentes ao termo “cidadania ampliada”, demonstrando que nessa forma de cidadania se encontra o significado do princípio da participação, este entendido como orientador das ações voltadas para a inclusão social e educacional, no caso, voltadas para grupos sociais específicos, numa concepção que visa o bem-estar na sociedade vigente, indicando o engodo de um capitalismo com rosto humano.

O professor Mário Luiz Neves de Azevedo da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no quarto artigo denominado “*Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado*” analisa os fenômenos da internacionalização e da transnacionalização da educação superior. Metodologicamente, baseado na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, explora-se a contradição entre “união” e “interseção” de campos sociais de educação superior.

Da Universidad Tres de Febrero – Argentina, Cesar Tello escreve o quinto artigo do Dossiê, “*Políticas educativas, educación superior y proceso de Bolonia en Latinoamérica*”. Argumenta o autor que a Educação Superior Europeia, no âmbito do processo de Bolonha, tem sido considerada um grande sucesso para essas latitudes. No entanto, assim como alguns pesquisadores e professores europeus, o conceituamos como o processo de padronização e homogeneização da potencialidade do conhecimento. Ao contrário de Bolonha, temos pensado em um processo de integração da Educação Superior como um processo de intercâmbio a partir da solidariedade acadêmica.

O Dossiê é concluído com o trabalho de Fernando Antonio Arantes, intitulado “A relação entre formação continuada de professores e a produção de conteúdos educacionais digitais multimídia”. O autor coloca em xeque a reflexão dos educadores sobre a relação existente entre a formação continuada de professores e a produção de objetos de aprendizagem. Tal preocupação é derivada da leitura de relatórios de acompanhamento, relatórios finais e documentos, levada a efeito por ocasião da concepção e implementação de projetos educacionais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, no período de 2005 a 2009 através do Grupo Gestor de Projetos Educacionais – GGPE, vinculado ao Gabinete do Reitor.

O volume 1, n.1 da *Crítica Educativa* reúne também artigos de demanda contínua, uma entrevista desenvolvida pelo Prof. Dr. Marcos Francisco Martins junto ao Prof. Dr. Demerval Saviani, além de resumos e resenhas.

Convida-se a todos a navegarem pelas páginas desse primeiro número com olhares reflexivos e recorrentes sobre a produção do conhecimento e as pertinentes solicitações das políticas educacionais no tempo presente. Boa leitura a todos!

*Setembro,
Primavera de 2015.*